



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

MARIA DO CÉU PINTO

**UMA AVALIAÇÃO DA RESPOSTA DA UNIÃO EUROPEIA
À PRIMAVERA ÁRABE**

**Janeiro de 2015
Oficina n.º 420**

Maria do Céu Pinto

Uma avaliação da resposta da União Europeia à Primavera Árabe

**Oficina do CES n.º 420
Janeiro de 2015**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Uma avaliação da resposta da União Europeia à Primavera Árabe

Resumo: As mudanças ocorridas nos países do Médio Oriente e do Norte da África (MENA) resultante da Primavera Árabe, provocou uma alteração da abordagem da União Europeia (UE) para a região. A abordagem da UE centrou-se no reforço de alguns eixos fundamentais. A democratização tornou-se uma das áreas fundamentais da política europeia. Como resultado, foram propostas algumas novas iniciativas; outras foram revistas visando a promoção de reformas democráticas na região. Este artigo visa fazer um apanhado da resposta da UE nas várias vertentes prioritárias por si identificadas, analisando, em particular, a revisão dos conceitos e políticas de assistência à democratização da região.

Palavras-chave: MENA, União Europeia, democratização, Política Europeia de Vizinhança, Parceria para a democracia e prosperidade partilhada.

Introdução

Na esteira da Primavera Árabe, a União Europeia (UE) expressou a intenção de rever a sua Política Europeia de Vizinhança (PEV), particularmente, com os seus vizinhos do sul, com o objetivo ambicioso de criar uma “Parceria para a democracia e prosperidade partilhada” (PDPP) com os países do Médio Oriente e do Norte da África (MENA) (Kurki, 2012: 1). Na realidade, nas duas últimas décadas, as relações da UE com a região foram conduzidas com base na crença que a prossecução de uma estratégia por parte da UE de fomento da liberalização económica com regimes autocráticos pró-ocidentais acabaria por ter o efeito benigno de gerar, por inércia, reformas políticas democratizantes (Balfour, 2012: 28). Foi apenas quando os movimentos revolucionários começaram a difundir pela região, deitando por terra o mito do “excecionalismo árabe” (Valbjørn e Bank, 2010) que negava a compatibilidade do Islão com a democracia, que a UE percebeu a impossibilidade de continuar a defender o *status quo* à custa da democratização. Numa tentativa de se redimir aos olhos dos povos da região e da comunidade internacional, a UE declarou a inversão das suas prioridades, passando a

* Professora Associada com Agregação da Universidade do Minho (Portugal), onde leciona desde 1990, é especialista em assuntos das Nações Unidas, Mediterrâneo, Islão e Médio Oriente, tendo vários livros e artigos publicados sobre estes temas. É ainda a *expert* portuguesa no âmbito do grupo internacional “Providing for Peacekeeping Project”, um projeto do International Peace Institute, em colaboração com as Universidades George Washington (Estados Unidos) e Griffith (Austrália). Contacto: mceupinto@gmail.com ou ceupinto@eeg.uminho.pt

apoiar primeiramente as transições democráticas e, só depois, a segurança e a estabilidade regional (Behr, 2012a: 8).

A seriedade das intenções da UE foi confirmada pelo Comissário Europeu para o Alargamento e para a Política Europeia de Vizinhança, Stefan Füle, o qual, no seu discurso de 28 de fevereiro de 2011, admitiu abertamente os erros da UE:

a Europa deve e vai enfrentar o desafio de apoiar a transição democrática no Norte da África, tal como fez após as revoluções na Europa de Leste, em 1989. [...] Devemos mostrar humildade em relação ao passado. A Europa não foi suficientemente explícita na defesa dos direitos humanos e das forças democráticas locais na região. Muitos de nós sucumbiram à suposição de que os regimes autoritários eram uma garantia de estabilidade na zona. Isto não era sequer *realpolitik*. Tratava-se, na melhor das hipóteses, de visão de curto prazo – e o tipo de visão de curto-prazo que faz com que o longo-prazo seja cada vez mais difícil de construir. (“Speech by EU Commissioner Füle”, 2011)

Catherine Ashton, Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança (AR), fez eco destas palavras, quando lançou a Parceria para a Democracia e Prosperidade Partilhada com o Sul do Mediterrâneo, a 8 de março de 2011, ao declarar que “a União Europeia tem a experiência e as ferramentas para ajudar os países da região na sua trajetória para o aprofundamento da democracia” (“EU Commission Launches Ambitious Partnership”, 2011).

Este artigo pretende analisar se o empenho declarado de apoiar a construção da democracia e desenvolvimento na região foi mantido pela UE e avaliar a constância dos seus esforços no período subsequente à explosão da Primavera Árabe. Serão explicadas as iniciativas da UE neste domínio, argumentando que estas constituem alterações menores relativamente às políticas anteriores. Em rigor, a maioria dos princípios, apresentados pela UE como inovadores, já constavam da retórica oficial, o que significa que a sua eficácia em pouco se alterou.

A resposta da UE à Primavera Árabe

Quando os primeiros manifestantes saíram para as ruas de Túnis e ocuparam a Praça Tahrir no Cairo, não contestavam apenas as dificuldades económicas. A exigência de reformas políticas acompanhava os protestos pela melhoria de vida na generalidade dos países onde houve manifestações de protesto. Assim, as aspirações democráticas das populações do Mediterrâneo contribuíram para o reconhecimento da importância histórica da Primavera Árabe por parte dos atores externos da região, entre os quais a

UE, que inicialmente se inclinou a enquadrá-la como outro exemplo dos “motins do pão” (“*bread riots*”) (Koch, 2011). No entanto, o início otimista das revoltas não era garantia – como é agora mais do que evidente – do seu êxito ou, até, continuidade da consolidação democrática.

Mais de quatro anos após o início deste evento, ainda é difícil vislumbrar que tipo de futuro espera a região: se recairá em novas formas de autoritarismo; se degenerará em radicalismo, religioso ou outro, ou se trilhará a via da democracia. Para além disso, mesmo se o cenário mais positivo prevalecer e os países da Primavera Árabe encetarem numa caminhada democrática, ainda não é patente que tipo de democracia cada um deles desenvolverá. Todos os países da região possuem particularidades únicas e é altamente improvável que todos eles evoluam no mesmo sentido. Neste âmbito, a UE pode ser muito útil para a MENA. Unindo 27 países com 27 modelos diferentes de democracia, a UE pode oferecer à região uma orientação valiosa para a construção da democracia (Kurki, 2012: 3). A proximidade geográfica, as ligações históricas e os interesses estratégicos da UE, tornam a cooperação entre ambas as regiões, não só desejável, como vital para a segurança da própria Europa.

A União Europeia pode não ter a melhor das reputações nos países MENA, mas o seu papel na região ainda é significativo. As limitações da influência da UE são bem evidentes entre os governantes da região, dado o historial de cooperação, em que a UE é frequentemente “refém” dos seus interesses estratégicos e securitários (especialmente no campo do terrorismo, energia, migrações) e, por isso, incapaz de exercer pressão em determinados domínios, e da perceção do declínio da própria Europa. Embora os governos árabes nem sempre sejam entusiastas em relação às políticas da UE, ainda assim esperam desta algum apoio, preferencialmente monetário e de acesso ao mercado de trabalho. A UE encontra-se numa posição extremamente desconfortável: há, por um lado, relutância do lado árabe em desenvolver parcerias com a UE, especialmente no que se refere à condição de introdução de reformas políticas e, por outro lado, existe a expectativa de uma substancial assistência financeira (Youngs, 2011: 2). Como resultado, a reputação da UE como um ator regional credível corre o risco real de se deteriorar. A relutância em cooperar com a UE é forte nos países árabes, apesar do facto de se terem admitido os erros do passado e de se terem definido novas metas. A situação pode ainda ser transformada se a UE encontrar uma maneira de aplicar a sua experiência anterior como um ator de sucesso no apoio à democratização para responder de forma estratégica à Primavera Árabe.

Uma vez que a União Europeia não é capaz de ultrapassar o dilema com a revisão total de políticas já existentes para a região (e não simplesmente “adornando abordagens anteriores”) (*ibidem*: 3), a melhor solução seria começar a desenvolver uma nova visão para o Médio Oriente e Norte da África. Efetivamente, a UE tem demonstrado não ter uma visão estratégica da região, dos seus interesses e da forma como, na nova conjuntura, deve prosseguir esses interesses ao mesmo tempo que apoia as transições para a democracia (Youngs, 2011: 3; Alessandri e Altunişik, 2013). Esta visão deve ter em consideração as necessidades dos vizinhos do Sul, bem como a promoção dos interesses europeus. Só se ambas as condições forem satisfeitas, poderá aproximar-se da meta de construção (ou pelo menos do seu começo) da construção democrática nos países da Primavera Árabe (Youngs, 2011: 1-6).

A eficácia das ações da UE na MENA, durante e após a Primavera Árabe, foi prejudicada pelas iniciativas unilaterais de alguns dos seus Estados-membros, principalmente a França, a Itália e a Espanha (“The EU’s Response to the ‘Arab Spring’”, 2011; Schumacher, 2012: 96-98). Se a UE quer melhorar a sua posição como ator internacional credível, o que não consiste apenas em ser capaz de proteger os seus próprios interesses, mas igualmente ter capacidade de apoiar a construção de uma ordem estável e democrática no mundo, em geral, e na sua vizinhança em particular, deve esforçar-se por agir com uma voz única e credível.

Apesar do que os documentos oficiais possam atestar, a resposta da UE aos levantamentos populares foi lenta e pouco ambiciosa (Schumacher, 2011; Youngs, 2011). A demora na reação por parte da UE resulta da combinação da já referida preferência pela estabilidade regional a longo prazo, e, no curto prazo, pelas suas dificuldades institucionais (Behr, 2012b: 78). A responsabilidade de responder à Primavera Árabe foi confiada ao então recém-criado Serviço Europeu de Acção Externa (SEAE), constituído a 1 de dezembro de 2010, através da fusão da ex-Direcção Geral de Relações Externas e de parte do aparato de relações externas do Conselho da UE (Teti, 2012: 269). O SEAE escolheu a PEV como o principal meio para lidar com as necessidades de reforma dos seus parceiros MENA (“The European Union’s Response toward the ‘Arab Spring’: Overview”, 2011). Tal decisão pode ser explicada em parte pelo facto de, quando as revoltas eclodiram, a PEV estar já em processo de revisão, uma vez que a avaliação intercalar de rotina estava em curso desde março de 2010 (Tocci, 2011: 1-2). Parte da resposta pode também estar relacionada com o insuficiente desempenho do outro “pilar da política mediterrânica da UE” – a União para o

Mediterrâneo (UPM), comprometida pela sua negligência da dimensão política da parceria que incidisse sobre a democratização dos países árabes (*ibidem*).

A primeira reação oficial à Primavera Árabe aconteceu a 8 de março de 2011, na forma da Comunicação “Uma Parceria para a Democracia e a Prosperidade Partilhada” (PDPP, COM(2011) 200), elaborada conjuntamente pela Comissão Europeia e pela Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Seguiu-se-lhe a Comunicação “Uma nova resposta a um ambiente em mudança”, de 25 de maio de 2011. Ambos os documentos são de importância fundamental para enquadrar a resposta europeia. A COM(2011) 200 “afirma delinear um novo quadro para a assistência da UE à democracia baseado numa nova conceção de democracia e uma nova posição para a democracia nas relações externas da EU.” (Teti, 2012: 1). Com esta Comunicação, a Alta Representante e a Comissão Europeia expressam o apoio aos povos dos países vizinhos do Sul, que saíram às ruas expressando a “exigência de participação política, dignidade, liberdade e oportunidades de emprego”, oferecendo-lhes uma “Parceria para a Democracia e a Prosperidade Partilhada” (COM(2011) 200 2011: 2). Esta assenta em três elementos: a transformação democrática e robustecimento institucional; uma parceria mais forte com a sociedade civil e crescimento económico sustentável e inclusivo.

O documento indica que os objetivos da política euro-mediterrânica são: 1. reformas democráticas e institucionais, 2. um vínculo mais forte de cooperação com as pessoas e a sociedade civil e 3. o crescimento e desenvolvimento económico sustentável e inclusivo (que inclui as relações regionais e nacionais). O documento elenca as áreas prioritárias: reforço da democracia e das instituições; mobilidade, migração e promoção do desenvolvimento económico; aceleração da integração económica internacional no domínio do comércio e investimento; promoção da cooperação em áreas consideradas cruciais, como energia e transportes; ajuda financeira. Acima de tudo, ela define as estratégias que tenciona seguir: critérios de diferenciação entre os parceiros; condicionalidade baseada em incentivos, sobretudo para aqueles que fizerem mais progressos (“mais por mais”); extensão aos demais parceiros do chamado “estatuto avançado” nas relações bilaterais; uma PEV mais eficaz, e o fortalecimento do diálogo político.

A nova PEV propôs-se assim, em resumo, operacionalizar três mecanismos: diferenciação, condicionalidade e as parcerias entre as sociedades europeias e mediterrânicas (“A Partnership for Democracy”, 2011: 3). As declarações públicas são

claramente orientadas para afirmar que é necessária uma abordagem totalmente nova. A UE prometeu responder à situação na região de uma forma “mais focalizada, inovadora e ambiciosa, para corresponder às necessidades das pessoas e às realidades no terreno.” (*ibidem*: 5). O princípio de “mais por mais” é apresentado como a principal inovação. O princípio pressupõe que os países da região que avançarem com as reformas de forma mais rápida e comprometida, poderão receber maior apoio da UE, com base numa maior diferenciação. Simultaneamente é explicitado que “os apoios podem ser realocados ou reorientados para aqueles que não avancem ou recuem nos planos de reforma” (*ibidem*). Esta abordagem é, às vezes, referida, por contraposição, como política de “menos por menos” visando punir os renitentes ou retardatários (Behr, 2012b: 82; Schumacher, 2011: 109). A aceitação da monitorização adequada de eleições livres e justas é definida como um requisito básico de adesão à parceria (“A Partnership for Democracy”, 2011: 5). A democracia e o desenvolvimento institucional são também definidos como prioridades pelo documento. Apesar disso, a explicação do seu novo papel na relação com os MENA ocupa somente uma página num documento de 12 páginas. A secção sobre a democracia atribui especial relevância às reformas judiciais, à transparência e à luta contra a corrupção na região. A sociedade civil também é identificada como um requisito indispensável para a reforma no Mediterrâneo. A Comunicação expressa que “uma sociedade civil dinâmica pode ajudar a defender os direitos humanos e contribuir para a construção da democracia e da boa governação, desempenhando um papel importante no controlo dos excessos dos governos.” (*ibidem*: 5-6).

O documento aduz três tipos de recompensas aos países que embarcarem num rumo de democratização bem-sucedida: mobilidade, dinheiro e acesso ao mercado europeu, referido como os 3Ms - *Mobility, Money e Markets*. Para gerir a circulação de pessoas entre a UE e os países MENA, o documento prevê parcerias de mobilidade e promete facilitar a circulação de grupos específicos, como estudantes, investigadores e empresários. A Comunicação reconhece a necessidade de superar as dificuldades económicas como uma das principais condições para a melhoria do contexto democrático na região. A UE mostra maior preocupação com o desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME) que detêm um papel essencial na criação de emprego (*ibidem*: 7). A UE compromete-se a avançar com as Áreas de Comércio Livre Abrangentes e Profundas (ZCLAA), em relação aos países que demonstrarem o seu compromisso com a implementação de reformas democráticas e económicas. A Comunicação promete ainda dedicar atenção especial aos jovens e às mulheres.

A Comunicação COM(2011) 303 (“A New Response to a Changing Neighbourhood”, 2011) reitera o princípio da condicionalidade positiva (o princípio “mais por mais”), diferenciação e parcerias mais estreitas entre a UE e os seus vizinhos como sustentáculo da PEV. A Comissão e a Alta Representante admitem não apenas os fracassos anteriores da abordagem da UE com os Estados vizinhos do Sul, como também se comprometem com “uma maior flexibilidade e respostas personalizadas e adaptadas a lidar com parceiros em acelerada evolução e às necessidades de reforma – independentemente de uma mudança rápida de regime ou de procedimentos prolongados de reforma e de consolidação democrática” (*ibidem*: 1).

Mais importante, a UE estipulou o seu compromisso com as reformas políticas da PEV, através do: (1) apoio à “transformação democrática”, o que exige eleições livres e justas, liberdade de associação, expressão e reunião, imprensa e meios de comunicação livres, Estado de direito, luta contra a corrupção, segurança e a aplicação e reforma da justiça; (2) reforço de parcerias com a sociedade civil, e (3) intensificação da cooperação política e de segurança (*ibidem*).

A nova PEV também está muito centrada no crescimento económico, inclusivo e sustentável e no desenvolvimento na vizinhança da UE, sem o qual não será possível o enraizamento democrático (*ibidem*). Efetivamente, a maior parte do documento é dedicada a questões económicas, não políticas. Para garantir esse crescimento, a UE decidiu desenvolver a sua cooperação com as instituições financeiras internacionais, como o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) (*ibidem*: 20). A nova PEV confirma o interesse da UE no apoio aos processos de transformação da sua vizinhança, tanto a sul como a leste, ao trabalhar conjuntamente com os países vizinhos “para ancorar os valores e princípios essenciais dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito, uma economia de mercado e inclusiva, o desenvolvimento sustentável do seu tecido político e económico” (*ibidem*: 21).

A par da revisão das políticas já existentes, a UE conseguiu oferecer um pacote renovado de apoio para o Mediterrâneo,¹ com o programa “Suporte para Parceria, Reforma e Crescimento Inclusivo” (SPRING, em inglês *Support for Partnership, Reform and Inclusive Growth*). No âmbito desta iniciativa, a Comissão prestou apoio aos países vizinhos do Sul para a transformação democrática, criação de instituições e

¹ Entre 2000 a 2006, a UE destinou mais de mil milhões de Euros para programas e projetos regionais: EU Commission/EuropeAid.

crescimento económico. O apoio prestado destina-se a cobrir as necessidades de cada país, um pacote no valor total de 350 milhões de euros para 2011 e 2012 (“EU Response to the Arab Spring”, 2011: 2). Em 2012, várias instituições da UE elaboraram um documento de revisão da Parceria com o Sul (“Roadmap for future action”), das ações a nível bilateral e regional, e dos objetivos a prosseguir até ao final de 2013 (“Joint Staff Working Document”, 2013, SWD(2012) 121 final, 2012; “Joint Communication to the European Parliament”, JOIN(2013) 4 final, 2013: 16). A revisão do Roteiro (“Roadmap”) foi influenciada pelos desenvolvimentos ocorridos nos parceiros mediterrânicos em 2012. Em termos de apoio financeiro, neste documento refere-se que, além de 3,5 mil milhões de euros já programados para o período de 2011-2013, a UE concederá ao Sul cerca de 700 milhões de euros em novas doações para fornecer um financiamento adicional aos parceiros que demonstrem o seu compromisso a favor do avanço das reformas democráticas (“Joint Staff Working Document”, SWD(2012) 121 final: 17).

Contudo, é improvável que o programa alcance o impacto desejável na região, pois o seu orçamento é demasiado limitado para as necessidades da região. A ajuda oferecida pela UE foi ofuscada por ofertas muito mais generosas dos membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) (Behr, 2012b: 84). Países como a Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar e Kuwait, contribuíram com mais de 20 mil milhões de euros para os países em transição (Berglof e Devarajan, 2013). A Primavera Árabe teve, na realidade, efeitos desastrosos nas economias dos países afetados. Na Tunísia, a transição foi marcada por assassinatos políticos e polarização da sociedade; protestos contínuos e um golpe militar no Egito; ataques terroristas no Iémen; vazio institucional e divisões na Líbia e a guerra civil na Síria. Este conjunto de acontecimentos negativos contribuiu para uma queda acentuada no investimento, turismo, exportações e crescimento do PIB, agravando desequilíbrios macroeconómicos. Por exemplo, o défice fiscal do Egito agora é de 14% do PIB, a dívida pública aproxima-se de 100% do PIB.

O que é pior é que, neste contexto, a maioria dos países da Primavera Árabe não têm ‘amortecedores’ para suportar novos choques económicos. Esses choques são prováveis, uma vez que, além da destituição de líderes autocráticos, alguns dos problemas que alimentaram as revoltas foram abordados. Na verdade, o desemprego é hoje mais elevado do que em 2010. O aumento dos subsídios aos combustíveis e da massa salarial do sector público aumentaram a despesa do Estado, limitando o

investimento público em favor das famílias pobres e impedindo o desenvolvimento de um sector privado dinâmico e competitivo e limitando o acesso ao financiamento por parte das novas empresas. Enquanto isso, a prestação de serviços públicos tem-se deteriorado.

Além disso, a situação política permanece instável, com governos de transição ou provisórios, constituições em elaboração e prazos incertos para as eleições. Em suma, os países em transição do mundo árabe são hoje muito mais vulneráveis do que eram no auge dos protestos em 2011. Neste contexto, um choque externo pode ter um impacto ainda mais devastador sobre estas economias frágeis, criando uma situação de pobreza generalizada. Mesmo que os governos conseguissem gradualmente restabelecer o equilíbrio macroeconómico, os problemas estruturais de desemprego elevado, climas de investimento pouco atrativos e a prestação deficiente de serviços públicos, permaneceriam provavelmente sem solução. O crescimento seria insuficiente para criar empregos para os milhões de jovens que entram no mercado de trabalho.

Até agora, a resposta da comunidade internacional tem sido, na melhor das hipóteses, fragmentada. Em 2011, no G-8 de Deauville, foi criado o “Deauville Partnership with Arab Countries in Transition” – que levou o BERD para a região – e as instituições financeiras internacionais prometeram fornecer mais de 28 mil milhões de euros para os países em transição ao longo de três anos. Mas essa promessa foi baseada mais na disponibilidade dessas instituições financeiras internacionais do que nas necessidades dos países em transição. Além disso, os fracos indicadores macroeconómicos, os progressos em termos de reformas e a turbulência política, dificultam o uso desses recursos, ao passo que o apoio bilateral do G-8 e da UE se têm ficado aquém do esperado.

Para intensificar o “aprofundamento democrático” na sua vizinhança, a UE criou duas novas ferramentas: o Instrumento para a Sociedade Civil e o Fundo Europeu para a Democracia (FED) (Balfour, 2012: 31). O Instrumento para a Sociedade Civil visa reforçar a capacidade da sociedade civil (tanto a leste como no sul), fomentar as reformas e aumentar a responsabilidade pública dos Estados, fortalecer os atores não-estatais e aumentar o seu envolvimento no diálogo político nacional e na implementação de programas bilaterais (“EU Response”, 2011: 2; EuropeAid, 2011). Com um orçamento total de 26,4 milhões de euros para a vizinhança leste e sul, o programa apoia projetos regionais e nacionais liderados por atores não estatais.

O Fundo Europeu para a Democracia, cuja inspiração advém, em grande parte, do National Endowment for Democracy dos Estados Unidos, iniciou os seus trabalhos em novembro de 2012, quase dois anos depois da sua criação ter sido sugerida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros polaco (“Polish diplomat”, 2013; Fuksiewicz, 2013: 5) e tem como principal objetivo a promoção e fortalecimento da democracia no mundo (Stamatoukou, 2013). Foi estabelecido como um órgão autónomo, capaz de responder às solicitações, dos países vizinhos de uma maneira mais ágil e flexível do que os restantes instrumentos europeus (Balfour, 2012: 31). Apesar de ter sido apresentado como uma ferramenta importante para o desenvolvimento democrático dos países MENA, atualmente o FED está a ser utilizado para apoiar partidos políticos, ONGs não registadas, sindicatos e outros grupos sociais, principalmente nos países da Parceria Oriental (“Polish diplomat”, 2013).

Finalmente, a UE fez uma tentativa de relançar a União para o Mediterrâneo, assumindo em março de 2012 a copresidência por parte da margem norte (seguindo-se assim à da França) e lançando o primeiro projeto – uma fábrica de dessalinização para a Faixa de Gaza (Tocci, 2012: 2).

Conforme foi demonstrado, apesar de a UE ter procurado responder à Primavera Árabe com um conjunto de ferramentas diversificadas, a maior ênfase foi colocada na revisão da PEV. Ao colocar a “transformação democrática” no centro da sua política, a Comissão e o Alto Representante asseguraram aos países MENA apoios específicos às reformas políticas e económicas de acordo com as aspirações e performance individual de cada país. A Comissão e o AR argumentaram que a nova abordagem para a região, exposta nas duas Comunicações adotadas na Primavera de 2011, permitiria à UE emendar os seus erros passados e melhorar significativamente os seus esforços de assistência ao desenvolvimento e à democracia. Seguidamente, será analisado o grau de inovação da nova PEV, juntamente com a avaliação da forma como os novos princípios são postos em prática.

“Um salto qualitativo” na resposta da UE?

O Comissário Europeu, Stefan Füle, e o Alto Representante, Catherine Ashton, têm-se repetidamente referido às Comunicações “Uma parceria para a democracia e a prosperidade partilhada” e “A nova resposta a um ambiente em mudança”, como a resposta estratégica da UE à Primavera Árabe (Schumacher, 2012: 89-90). À primeira vista, tais afirmações parecem credíveis, especialmente tendo em consideração a forma

como os documentos se intitulam: a COM(2011) 200 afirma explicitamente que se trata de “um salto qualitativo” (“A Partnership for Democracy”, 2011: 2). Todavia, uma análise mais cuidada revela rapidamente que as alegações de inovação e estratégia são mais a nível declarativo e não espelham a realidade.

As práticas de promoção da democracia da UE, anteriores à Primavera Árabe, são conhecidas pela sua natureza liberal difusa (Huber, 2012: 7; Reynaert, 2011), principalmente devido à falta de definição da sua base ideológica. Não só era ambíguo que tipo de democracia a UE patrocinava, mas era igualmente pouco claro o entendimento europeu do conceito de democracia nos países árabes. Mesmo que a nova PEV se tenha afastado da abordagem uniformizada, pouco se alterou no que respeita ao entendimento sobre reformas políticas (Kurki, 2012: 1; Aliboni, 2011). A relutância da UE em definir um modelo de democracia pode ser qualificado como positivo se torna a União muito mais flexível nos seus esforços de construção da democracia, admitindo que a mesma possa depender da diversidade das experiências democráticas dos seus Estados-membros. Contudo, a incapacidade de possibilitar uma explicação detalhada dos principais conceitos que promove, compromete significativamente a eficácia desses mesmos esforços (Behr, 2012a: 15; Teti, 2012). A indefinição das novas prioridades da UE no que se refere em particular às suas prioridades (aprofundamento da democracia, parcerias entre sociedades e o crescimento inclusivo), e a falta de definição clara da sua “resposta estratégica”, onde termos como “democratização”, “transição” e “transformação democrática” são usados indistintamente, provam que a “imprecisão” e a ambiguidade ainda estão intrinsecamente presentes no discurso da UE de ajuda à transição para a democracia (Schumacher, 2012: 90).

Tal como no passado, as iniciativas comunitárias direcionadas aos países MENA, são arquitetadas com base numa visão “Eurocêntrica da integração” e na fórmula de “alargamento light”, que exige que os países demonstrem progresso na aproximação ao acervo comunitário (Behr, 2012a: 9, 14; Behr, 2012b: 84; Lavenex e Schimmelfennig, 2011: 896). Porém, a viabilidade da manutenção desta lógica, quando não há possibilidade real de os países parceiros aderirem, no curto/médio prazo, à UE, é de todo duvidosa.

Os países árabes estão interessados em reforçar a sua autonomia; não estão de maneira alguma à procura de novos vínculos, particularmente com uma Europa que veem em crise e declínio (Youngs, 2011: 2; Behr, 2012b: 85). O conceito de condicionalidade positiva, anunciada como uma grande inovação da nova PEV, não

ajuda nesse sentido. Em primeiro lugar, não se trata de um princípio tão inovador como a Comissão alega, quando comparado com um dos princípios consagrados no Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH), expressos na COM(2001) 252 (Comissão das Comunidades Europeias COM(2001)252 Final, “The European Union’s Role”, 2001; Schumacher, 2011: 109). Em segundo lugar, é definida de forma muito vaga, tal como o *benchmarking* – outra característica alegadamente inovadora da nova PEV (Schumacher, 2011: 112). A PDPP promete maior cooperação política com os países mediterrânicos que avancem em direção “a padrões mais elevados de democracia e governação”. O desempenho de cada país é suposto ser avaliado segundo “um conjunto de padrões mínimos.” (“A Partnership for Democracy”, 2011: 5). Infelizmente, nenhuma das Comunicações identifica os critérios de aferição, nem explica como podem ser operacionalizados ou executados (Schumacher, 2011: 111).

O crescimento económico é apontado como um dos principais requisitos para o desenvolvimento democrático da região MENA. Também aqui, o grau de inovação é menos evidente do que o esperado. A UE continua a apostar no mesmo conjunto de instrumentos que utilizava antes da Primavera Árabe, embora repropostos com uma nova designação. Assim, as ZCLAA são claramente reminiscentes dos antigos acordos euro-mediterrânicos de comércio. A UE sugeriu a política de concorrência, contratos públicos, proteção de investimentos, medidas sanitárias e fitossanitárias, como as áreas prioritárias para a convergência regulamentar no âmbito desses acordos (Torun, 2012: 89). Os acordos iniciais de comércio livre excluía a agricultura, a área em que os parceiros do Sul têm mais vantagens comparativas, facto que persiste (Torun, 2012: 84; Tocci, 2011: 3).

Para além disso, estas propostas não constituem um desenvolvimento exclusivo para o Sul, uma vez que também são dedicadas aos vizinhos orientais (Schumacher, 2012: 93). Tal significa que as iniciativas atuais não trazem novos desenvolvimentos. A maior relevância dada às PME, como forma de combater o desemprego é definitivamente um deles (Kurki, 2012: 8), tal como as parcerias para a mobilidade. Estas foram concebidas visando acordos de vistos e de migração legal, enquadramento legal para a migração (económica); reforço de capacidades para gerir as remessas e para identificação eficiente da procura/oferta de trabalho, programas de regresso e reintegração e melhoria dos sistemas de asilo de acordo com as normas da EU (“A Partnership for Democracy”, 2011: 7). Geralmente, este tipo de medidas propõe-se

melhorar a mobilidade entre os países MENA e a UE, isto é, representa um dos incentivos oferecidos pela Comissão que tem mais interesse real para os cidadãos dos países da Primavera Árabe. Contudo, a atratividade da oferta é diminuta devido ao facto de ser dirigida a grupos considerados elitistas, como investigadores, empresários e estudantes (Tocci, 2011: 3; Behr, 2012a: 12).

As limitações da nova abordagem da UE para o Mediterrâneo não se ficam pela intenção; são igualmente verificáveis no terreno. Não obstante ser demasiado cedo para fazer uma avaliação global da resposta da UE, especialmente considerando a instabilidade da região e os processos de transição em curso, avaliar a seriedade da UE na implementação das suas declarações é possível: pode-se estabelecer um nexo entre os esforços de democratização dos países do Mediterrâneo (ou das suas atividades que os contradizem) e a resposta da UE.

No passado, os países árabes desfrutaram de uma relação privilegiada com a UE, apesar dos seus poucos esforços na construção da democracia. É interessante realçar que foram sistematicamente oferecidos incentivos a esses Estados, mesmo na ausência de qualquer tipo de compromisso ou da implementação de reformas, sem que nada se alterasse no relacionamento com a UE. A UE foi bastante tímida na aplicação de condicionalidade negativa e, frequentemente, optou por dar um tratamento preferencial indébito (Schumacher, 2011: 109-110; 112-113), comparativamente ao relacionamento anterior que tinha com os países em questão. Há efetivamente a questão de alguns Estados-membros terem fortes laços históricos com países do Sul resultantes do passado colonial. A França e a Espanha tradicionalmente têm interesses muito fortes na região, advogando a utilização da condicionalidade positiva, em oposição ao uso de sanções (Schumacher, 2012: 96, 98). O tratamento preferencial é verificável no historial de cooperação entre a UE e Marrocos, que recompensou este país com a oferta do “estatuto avançado” em 2008 e o Acordo de Aviação Euro-Mediterrânico em dezembro de 2010 (Schumacher, 2012; Del Sarto e Schumacher, 2011: 932-955; Kausch, 2010).

A Tunísia é provavelmente o caso mais fácil de analisar, principalmente devido ao compromisso continuado do Estado tunisino em termos de reformas políticas desde o início da Primavera Árabe. Trata-se do melhor exemplo de aplicação do princípio “mais por mais”, uma vez que a Tunísia se revela o caso de transição mais empenhado e que coloca menos dificuldades para a União, talvez por ser o que teve menos percalços (Balfour, 2012: 32). O montante de assistência financeira adstrito pela UE para o período 2011-2013 quase que duplicou, passando de 240 para 400 milhões de euros

(Balfour, 2012: 32). A Tunísia é igualmente o primeiro país com o qual a União iniciou um novo formato de cooperação na forma de Task Force UE-Tunísia. Este grupo de trabalho foi criado para melhor identificar os desafios e necessidades da Tunísia e para coordenar o apoio europeu e internacional no seu processo de transição democrática (Behr, 2012a: 18; “EU-Tunisia Relations”, 2011).

A Argélia é outro país onde a condicionalidade positiva foi usada na ausência de argumentos sólidos. Apesar de ser um dos retardatários em termos de reformas políticas, os laços com a UE são cada vez mais consolidados (Behr, 2012a: 19). Em 2011, foi concedido um apoio financeiro, num valor superior a 50 milhões de euros para programas na área do património cultural, transporte e desenvolvimento do mercado de trabalho. Esta situação foi caracterizada por Tobias Schumacher como a implementação de um arranjo “mais por menos” (Schumacher, 2012: 98). O único país com o qual a UE utiliza sanções como resposta ao seu desempenho em termos de democratização é a Síria. Até agora, estas sanções compreenderam diversas medidas, desde o congelamento de ativos financeiros ao comércio e embargo de petróleo (Balfour, 2012: 30).

No caso do Egito e dado a trajetória notoriamente acidentada do seu processo de transição, a ação da UE tem sido pautada por um misto de paciência, *engagement* e relutância. Ao longo do processo, a UE mostrou uma preferência pela estabilidade e “paciência estratégica” (Pinfari, 2013), abstendo-se claramente de exercer pressão política e ficando simplesmente à espera que “algo aconteça” a fim de poder perceber a estratégia a seguir. Em vez de aplicar a condicionalidade política, a UE preferiu dar ao ex-Presidente islamista, Mohammed Morsi, o benefício da dúvida² na esperança de se tornar claro que a decisão era apenas temporária. Da mesma forma, quando Morsi foi deposto pelo golpe militar de junho de 2013, a UE ficou hesitante e preferiu não tomar uma posição. Quando se tornou evidente que a profunda polarização da sociedade egípcia assumia proporções cada vez mais preocupantes, a UE decidiu agir como um “mediador honesto” na tentativa de mediar entre Morsi e a oposição, e, posteriormente, entre o Exército e a Irmandade Muçulmana.

² De referir que o Presidente Mohammed Morsi emitiu, em novembro de 2012, uma declaração blindando os seus poderes executivos e legislativos perante a Justiça. Na sequência de grandes protestos contra o regime, a 3 de julho, os militares egípcios declararam o fim da presidência e a suspensão da Constituição.

Conclusão

A Primavera Árabe que foi uma surpresa, não apenas para os observadores e analistas políticos, mas também para os atores internacionais na região, tornou-se inadvertidamente um impulso para a mudança da tradicional abordagem de longa data da UE para com a sua vizinhança meridional. A resposta oficial às revoltas árabes e um breve apanhado aqui feito sobre a sua aplicação prática, sugerem que a UE, em substância, não inovou na sua abordagem para a região, apesar das ambiciosas reivindicações dos seus mais altos funcionários. Nenhuma das iniciativas lançadas representa uma estratégia ou um verdadeiro “salto qualitativo” nas relações UE-Mediterrâneo. Pelo contrário, as comunicações analisadas seguem a linha retórica estabelecida há duas décadas atrás, o que parcialmente explica o sucesso limitado obtido até agora pela União Europeia, quer antes, quer após as revoltas da Primavera Árabe. Dois anos após esses acontecimentos históricos, ainda existe “a necessidade da UE alterar os seus pressupostos políticos para encarar os problemas reais no terreno” (Balfour, 2012: 35).

O que foi apresentado como uma “resposta estratégica” para as revoltas populares acabou por se revelar uma versão pouco renovada da velha abordagem para o Mediterrâneo, a qual praticamente ignorou os desenvolvimentos pós-revolucionários no terreno. Quase todas as medidas propostas são fortalecimentos ou adições a medidas já existentes. A UE apenas “re-empacotou” medidas dispersas já em curso tentando conferir-lhes maior racionalidade, a fim de garantir a aprovação mais rápida por parte dos Estados-membros. É difícil vislumbrar uma nova abordagem, a tal mudança radical regularmente invocada nos discursos oficiais. Uma continuidade fundamental e estéril, com poucas novidades, é o que caracteriza a abordagem da UE para a Primavera Árabe.

A incapacidade da Comissão para dar cumprimento às suas promessas abalou significativamente a já pouco abonatória percepção da UE na região. A relutância para cooperar com a UE não desapareceu no Mediterrâneo e, em alguns casos, até aumentou. Os novos regimes árabes mantêm uma posição de ceticismo; por seu lado, a UE reconheceu os erros passados e estabeleceu algumas novas metas. A situação, no entanto, ainda pode ser invertida positivamente, se a UE encontrar maneira de aplicar a sua experiência anterior de apoio à democracia para responder estrategicamente à Primavera Árabe.

Depois de quase duas décadas de cooperação com regimes autocráticos, privilegiando a segurança e estabilidade em detrimento de patrocinar as reformas

políticas, a UE comprometeu-se a apoiar as transições democráticas no Mediterrâneo. Todavia, a introdução de novas ferramentas, como o Instrumento para a Sociedade Civil e o Fundo Europeu para a Democracia, não inseriu substancial diferenciação na política da UE para o Mediterrâneo se confrontarmos o antes e depois da Primavera Árabe.

As promessas de apoio ao aprofundamento da democracia, fortalecimento das parcerias com a sociedade civil e incentivos ao crescimento económico permanecem confinados ao papel: “O compromisso da UE para com a democracia árabe parece, mais uma vez, ser marginalizado devido aos seus objetivos geopolíticos mais amplos.” (Behr, 2012b: 87). Para além disso, o princípio ambicioso de condicionalidade positiva nem sempre é aplicado de forma coerente, favorecendo, não só os países comprometidos com a implementação de reformas políticas e económicas, como igualmente aqueles que pouco ou nenhum progresso demonstraram neste âmbito, devido aos laços estreitos e interesses geoestratégicos da UE. Apesar das declarações de ajustamento das suas iniciativas às necessidades e aspirações de cada país árabe individualmente, a UE ainda utiliza os anteriores pressupostos políticos, ignorando as características políticas, económicas, culturais e históricas dos países MENA. O fosso entre a retórica oficial e sua aplicação permanece enorme. Para superar os condicionalismos existentes, a UE teria de reconsiderar radicalmente a sua visão do Mediterrâneo.

Como a PEV sozinha não tem o potencial para se tornar um instrumento suficiente para a construção de uma vizinhança tranquila e estável, a UE precisa de rever qualitativamente as suas iniciativas de consolidação da democracia. Para melhorá-las, é aconselhável que a UE aborde uma série de questões, entre elas: concretizar o que entende por modelo de democracia desejável, bem como os objetivos exigidos aos seus parceiros e o *benchmarking* da sua assistência democrática; articular de forma mais clara quais são os seus interesses no Mediterrâneo; agir a uma só voz; ampliar as parcerias com sociedade civil local; alargar a cooperação com outros atores regionais e globais no Mediterrâneo; ter em conta as especificidades regionais; repensar o alargamento “light”, e, principalmente, desenvolver uma nova estratégia para a região. Estes são apenas alguns dos princípios que a UE deveria considerar. Se decidir manter tudo como está, existe um elevado risco de perda da oportunidade perfeita para a consolidação da sua posição, não só na região do Mediterrâneo, mas igualmente à escala global.

Referências bibliográficas

- Alessandri, Emiliano; Altunışık, Meliha B. (2013), “Unfinished Transitions: Challenges and Opportunities of the EU’s and Turkey’s Responses to the ‘Arab Spring’”, Stiftung Mercator/IAI/IPC, Working Paper 4, janeiro 2013.
- Aliboni, Roberto (2011), “L’ambigua politica europea nel Mediterraneo”. Página consultada a 14.10.2013, em <http://www.insightweb.it/web/content/1%E2%80%99ambigua-politica-europea-nel-mediterraneo>.
- Balfour, Rosa (2012), “Changes and Continuities in EU-Mediterranean Relations after the Arab Spring”, in Sven Biscop; Rosa Balfour; Michael Emerson (orgs.), *An Arab Springboard for EU Foreign Policy?*, Egmont Paper n.º 54, janeiro, 27-35.
- Behr, Timo (2012a), *After the Revolution: The EU and the Arab Transition*. Paris: Notre Europe.
- Behr, Timo (2012b), “The European Union’s Mediterranean policies after the Arab Spring: Can the Leopard Change Its Spots?”, *Amsterdam Law Forum*, 4(2), 76-88.
- Erik Berglof; Shanta Devarajan (2013) “The Arab Awakening’s Aftermath”. Consultado a 03.05.2014, Project-Syndicate, <http://www.project-syndicate.org/commentary/erik-berglorf-and-shanta-devarajan-on-the-arab-spring-countries--economic-prospects>.
- “A New Response to a Changing Neighbourhood (2011), Joint Communication to the European Council, the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions”. European Commission, COM (2011) 303, 25 de maio.
- “A Partnership for Democracy and Shared Prosperity with the Southern Mediterranean” (2011), Joint Communication to the European Council, the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions”. European Commission, COM(2011) 200, 8 de março.
- Del Sarto, Raffaella; Schumacher, Tobias (2011), “From Brussels with Love: Leverage, Benchmarking, and the Action Plans with Jordan and Tunisia in the EU’s Democratization Policy”, *Democratization*, 18(4), 932-955.
- EU Commission/EuropeAid, “Euro-Mediterranean Partnership-Regional Cooperation”, Consultado a 13.04.2015, em <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.enpi->

info.europa.eu/rapid/publications/regionalcooperationbrochure2_en.pdf&ei=tfYsVZKAGKTW7Qaaw4Bo&usg=AFQjCNFLVylCD5Qwk6hpUUTY7b2x8yt08w&sig2=gBpv9DtL2AdkW5kAkAEZpQ&bvm=bv.90790515,d.ZWU.

“EU Commission Launches Ambitious Partnership for Democracy and Shared Prosperity with the Southern Mediterranean” (2011), Consultado a 03.05.2014, em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-268_en.htm.

“EU Response to the Arab Spring: the Civil Society Facility” (2011). European Commission - MEMO/11/638, 27 de setembro de 2011. Consultado a 16.07.2014, em http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-638_en.htm?locale=en.

EuropeAid (2011), “EU Response to the Arab Spring: Overview”, Consultado a 12.10.2013, em http://ec.europa.eu/europeaid/where/neighbourhood/regional-cooperation/enpi-south/documents/eu_response_to_the_arab_spring_en.pdf.

“EU-Tunisia Relations: State of Play and Next Steps”, European Commission - MEMO/11/635, 27.09.2011. Consultado a 13.09.2014, em http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-635_en.htm?locale=en.

Fuksiewicz, Aleksander (2013), “The European Endowment for Democracy after Lift-off Opinions and Expectations”, Warsaw: Institute of Public Affairs. Consultado a 13.04.2015, em

<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CFsQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.isp.org.pl%2Fuploads%2Fpdf%2F76430132.pdf&ei=EhAuVcWQOI-f7gbrooDgBA&usg=AFQjCNGo0GVxnva9PgcKYe31157T0WNDYg>.

Huber, Daniela (2012), “‘Mixed Signals’ Still? The EU’s Democracy and Human Rights Policy since the Outbreak of the Arab Spring”, *IAI Working Papers* 12/13, maio.

Joint Staff Working Document, Partnership for Democracy and Shared Prosperity: Report on activities in 2011 and Roadmap for future action. Accompanying the document Joint Communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, Delivering on a new European Neighbourhood Policy”, SWD(2012) 121 final, 15 maio de 2012.

“Joint Communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, European

- Neighbourhood Policy: Working towards a Stronger Partnership”, JOIN(2013) 4 final, Brussels, 20 de março de 2013.
- Kausch, Kristina (2010), “Morocco’s ‘Advanced Status’: Model or Muddle?”, *FRIDE Policy Brief*, 43.
- Koch, Christian (2011), “The Arab Spring is A Real Opportunity for Europe”, Consultado a 13.04.2015, em <http://europesworld.org/2011/06/01/the-arab-spring-is-a-real-opportunity-for-europe/#.VSz7jS7lzis>.
- Kurki, Milja (2012), “How the EU Can Adopt a New Type of Democracy Support?”, FRIDE Working Paper n.º 112, março.
- Lavenex, S; Schimmelfennig, Frank (2011), “EU Democracy Promotion in the Neighbourhood: From Leverage to Governance”, *Democratization*, 18(4), 885-909.
- “Polish Diplomat to Lead European Endowment for Democracy” (2013), Consultado a 13.03.2014, em <http://www.euractiv.com/europes-east/polish-diplomat-lead-european-en-news-516947>.
- Pinfari, Marco (2013), “The EU, Egypt and Morsi’s Rise and Fall: “Strategic Patience” and Its Discontents”, *Mediterranean Politics*, 18(3), 460-466.
- Reynaert, Vicky (2011), “Preoccupied with the Market: The EU as a Promoter of ‘Shallow’ Democracy in the Mediterranean”, *European Foreign Affairs Review*, 16, 623-637.
- Schumacher, Tobias (2011), “The EU and the Arab Spring: Between Spectatorship and Actorness”, *Inside Turkey*, 13(3), 107-119.
- Schumacher, Tobias (2012), “New Neighbours, Old Formulas? The ENP One Year after the start of the Arab Spring”, in A. G. Schmidt; J. Fritz-Vannahme (orgs.), *The Arab Spring: One Year After: Transformation Dynamics, Prospects for Democratization and the Future of Arab-European Cooperation* (Bartelsmann Stiftung: Gütersloh), 87-104.
- “Speech by EU Commissioner Füle on the Recent Events in North Africa” (2011), Consultado a 13.03.2014, em http://www.eu-un.europa.eu/articles/en/article_10729_en.htm.
- Stamatoukou, Eleni (2013), “European Endowment for Democracy”. Consultado a 13.03.2014, em <http://www.neurope.eu/article/european-endowment-democracy>.

- Teti, Andrea (2012), “The EU’s First Response to the ‘Arab Spring’: A Critical Discourse Analysis of the *Partnership for Democracy and Shared Prosperity*”, *Mediterranean Politics*, 17(3), 266-284.
- “The European Union’s Response toward the ‘Arab Spring’: Overview” (2011), Página consultada a 14.12.2011, em http://ec.europa.eu/enlargement/neighbourhood/southern-neighbourhood/arab-spring/index_en.htm.
- “The European Union’s Role in Promoting Human Rights and Democratisation in Third Countries” (2001). Communication from the Commission to the Council and the European Parliament, COM(2001)252, 8 de maio.
- “The EU’s Response to the ‘Arab Spring’” (2011), EU-Press Release MEMO/11/918, 16 de dezembro.
- Tocci, Nathalie (2011), “The European Union and the Arab Spring: A (Missed) Opportunity to Revamp the European Neighbourhood Policy”, IEMed: EuroMeSCo, Brief n° 2, 17 junho.
- Tocci, Nathalie (2012). “One Year On: A Balance Sheet of the EU’s Response to the Arab Spring”, The German Marshall Fund of the United States Policy Brief, maio.
- Torun, Zerrin (2012), “The European Union and Change in the Middle East and North Africa: Is the EU Closing Its Theory-Practice Gap?”, *Ortadoğu Etütleri*, 4(1), July, 79-97.
- Valbjørn, Morten; Bank, André (2010), “Examining the ‘Post’ in Post-democratization: The Future of Middle Eastern Political Rule Through Lenses of the Past”, *Middle East Critique*, 19(3), 183-200.
- Youngs, Richard (2011), *The EU and the Arab Spring: From Munificence to Geo-Strategy*, FRIDE Policy Brief Number 100, outubro, 1-6.